

Os Quilombos da Bacia do Rio Trombetas: Breve Histórico

Lúcia M. M. de Andrade
Comissão Pró-Índio de São Paulo

RESUMO: A autora recupera a tradição oral e reconstrói a história das comunidades remanescentes de quilombos, a partir de um trabalho junto às populações do alto rio Trombetas, no estado do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: movimento negro, comunidades remanescentes de quilombos, identidade étnica.

Apresentação

Este artigo apresenta o resultado de pesquisa empreendida entre 1989 e 1993, no âmbito do Programa de Apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombos, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que inclui ainda atividades como assessoria, organização de campanhas de divulgação e pressão e promoção de eventos (cf. CPI-SP, 1994).

O presente trabalho foi concebido com o objetivo de subsidiar a luta da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná/ARQMO pela garantia e titulação de suas terras. Assim, este artigo procura responder a uma demanda específica dessa luta, qual seja, a necessidade da ARQMO de demonstrar a origem quilombola das comunidades negras habitantes da bacia do rio Trombetas, no estado do Pará. A importância de tal demonstração reside no fato de a Constituição Federal (no artigo 68 do ADCT) reconhecer aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade das terras por eles ocupadas.

A produção deste texto insere-se numa das estratégias adotadas pela ARQMO e pela CPI-SP na busca da titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos da bacia do rio Trombetas, que prevê o recurso ao Poder Judiciário, por meio de ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral da República.

Em dezembro de 1989, a Procuradoria Geral da República firmou um acordo com a ARQMO no qual se comprometeu a impetrar ação declaratória requerendo da União a titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos do Trombetas. Esse acordo previa ainda que a ARQMO deveria apresentar à Procuradoria Geral da República uma série de laudos periciais destinados a subsidiar a ação. Assim, no início de 1990, a ARQMO constituiu uma equipe técnica para a produção dos laudos, tendo a CPI-SP sido encarregada de auxiliar a associação na coordenação dos estudos, bem como de levantar os dados etno-históricos indicativos da origem quilombola daquela população (cf. Andrade, 1994).

Um dossiê com os resultados desses levantamentos (que incluiu este artigo) foi entregue à Procuradoria Geral da República em dezembro de 1993 e, posteriormente, ao Incra (março de 1994). Ressaltamos que, em função do trabalho de pressão empreendido pela ARQMO nesses últimos cinco anos, conseguiu-se que o Incra desse início ao processo

de regularização fundiária das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos da bacia do rio Trombetas em dezembro de 1993, sem a necessidade de ação judicial.

O levantamento das terras da comunidade remanescente de quilombo Boa Vista foi concluído em início de 1994. Já no mês de março de 1994, técnicos do Incra realizaram os estudos de campo nas comunidades remanescentes de quilombos Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cué. Os resultados desse trabalho, porém, ainda não foram divulgados. Na avaliação da ARQMO e da CPI-SP, esse levantamento do Incra certamente gerará grande polêmica, uma vez que os técnicos responsáveis por tais estudos afirmaram a impossibilidade de se reconhecer as áreas utilizadas para coleta, caça e pesca – atividades cruciais para a sobrevivência dessa população.

O desafio que se coloca, neste momento, para as comunidades remanescentes de quilombos da bacia do rio Trombetas, portanto, não é mais a demonstração de sua ascendência quilombola, mas a luta para que seja reconhecido e respeitado, no processo de titulação, o seu modo específico de explorar as suas terras (que, como já mencionamos, inclui as atividades de coleta, caça, pesca e agricultura), ou, nas palavras dos remanescentes de quilombos, que seja respeitada “a cultura do negro”.

Finalmente, concluindo esta apresentação, esclareço que a opção pela utilização, neste artigo, do termo “remanescente de quilombo” para denominar tais comunidades deu-se em razão de ser este o termo que vem sendo empregado pela ARQMO na sua luta política.

Ademais, acredito que a origem quilombola configura-se para esta população como um elemento constitutivo de sua identidade étnica, juntamente com fatores como critério racial, descendência comum (que abarca tanto o aspecto da consangüinidade, quanto o da história de resistência dos ancestrais quilombolas) e uma cultura comum (que destaca uma maneira específica de explorar as terras conquistadas pelos

antepassados quilombolas de forma coletiva e sem causar a sua destruição). Sem dúvida, esta é uma questão que merece ser aprofundada e espero, em breve, tratar deste tema em outro artigo – mas, comecemos pela história.

Introdução

A existência de quilombos na região da bacia do rio Trombetas e do baixo rio Amazonas, durante o século XIX, é atestada por inúmeros documentos históricos: relatos de viajantes, ofícios e relatórios de autoridades. Segundo o historiador Vicente Salles, tais quilombos merecem referência especial na historiografia da escravidão do Pará, pois:

são os que aparecem mais freqüentemente citados pelos historiadores e cronistas do passado [...] Deles temos idéia mais perfeita, conhecimento mais exato, partindo inclusive das informações e dos atos oficiais. [Vicente Salles, 1988:231]

As histórias dos quilombos – ou mocambos, segundo a denominação regional – estão registradas também na memória oral dos remanescentes de tais comunidades, que, até hoje, habitam a região conquistada por seus antepassados. Trata-se de relatos das fugas das fazendas, dos enfrentamentos com as expedições punitivas, enfim, da difícil vida dos negros mocambeiros. Histórias que vêm sendo transmitidas de geração para geração.

A origem dos quilombos do Trombetas

Os escravos africanos foram trazidos à região do baixo Amazonas para servir de mão-de-obra nas fazendas de cacau e gado, localizadas nas proximidades das cidades de Santarém e Óbidos (Tavares Bastos, 1937:199). O cultivo do cacau e a criação de gado, naquela área, ti-

veram início por volta de 1780 (Castro & Acevedo, 1991:10). Tais atividades econômicas, já no século XVIII, implicaram a utilização da mão-de-obra do escravo africano.

A formação dos quilombos no baixo Amazonas parece ter se dado nas primeiras décadas da expansão do cultivo do cacau. Tanto assim que, em 1812, já se registra uma expedição punitiva que destruiu os mocambos Inferno e Cipotema, localizados nas cabeceiras do rio Curuá, afluente da margem esquerda do Amazonas (Barbosa Rodrigues *apud* Vicente Salles, 1988:232).

O sucesso dessa expedição, no entanto, não significou o fim dos mocambos naquela região. Assim, explica o historiador Alípio Goulart:

Os quilombos, porém, reproduziram, no que representavam de materialização do desespero dos escravos, a lenda do Fênix, renascendo das próprias cinzas. Assim, foi que, em 1821, um carafuz de nome Atanásio, escravo das pertencências do major Martinho da Fonseca Seixas, na vanguarda de mais quarenta companheiros, organiza um novo quilombo. Enquanto isso, os remanescentes dos derruídos Inferno e Cipotema, que desde o ataque de Bernardo Marinho viviam refugiados nas matas, voltam a reunir-se às margens do rio Trombetas. Sabedor deste fato, Atanásio sobe o rio e vai juntar-se a eles, instalando seu reduto ao pé de um lago que por essa razão ficou conhecido como Lago do Mocambo. [Goulart, 1968:155-6]

O historiador Alípio Goulart destaca ainda o processo de fortalecimento de tais comunidades:

Com o correr do tempo, o quilombo do Trombetas, localizado nas proximidades de Óbidos, contava com mais de duas mil almas; e, guardadas as devidas proporções tornou-se tão celebrado, na Amazônia, quanto o de Palmares, no Nordeste. [Goulart, 1968:156]

Entre 1822 e 1823, registra-se outra expedição punitiva contra os escravos fugidos. Comandada pelo tenente Francisco Rodrigues Vieira, a expedição destruiu o quilombo do Trombetas e prendeu Atanásio (Goulart, 1968:156). Mais uma vez, porém, a repressão não foi sufi-

ciente para impedir a reprodução dos mocambos. Assim, coloca o historiador Vicente Salles:

Nos anos subseqüentes, os negros aquilombados viveram mais ou menos pacificamente, mantendo relações de comércio com os moradores de Óbidos e dedicados à lavoura, notadamente a do tabaco, e à coleta de drogas. Cresceu porém o movimento de escravos para os mocambos, inquietando os proprietários. [Vicente Salles, 1988:233]

As relações entre os quilombolas e a população branca oscilaram, portanto, entre a hostilidade – manifestada nas inúmeras expedições punitivas – e o intercâmbio comercial. A posição dos quilombolas na sociedade da época não foi, dessa forma, apenas marginal. As mercadorias por eles produzidas chegaram a ter significativa importância no comércio local, como destaca Alípio Goulart:

Na área por eles ocupada, os quilombolas entregavam-se ao plantio de mandioca, à *cultura do tabaco, sendo que este era tido como o de melhor qualidade à venda naquelas paragens*. Das ofertas da natureza colhiam o cacau, a salsaparrilha e outras drogas, comerciando a produção às escondidas, no porto de Óbidos, onde compareciam em suas próprias canoas, resguardando-se dos agentes do fisco e dos capitães do mato no envolverem-se com o véu da noite. [Goulart, 1968:157; grifo nosso]

As relações comerciais mantidas com os moradores de Óbidos também são destacadas nos relatos dos remanescentes dos quilombos do alto Trombetas:

Porque eles [os quilombolas] baixavam, indo lá. A senhora sabe, numa cidade num é tudo os brancos que é ruim. Traziam seus moles de tabaco, quilo de farinha e aquelas verduras: macaxeira e jerimum. Metiam naqueles canoão grande. E os outros patrícios também.

Então, eles baixavam. Quando chegavam lá, em Óbidos, tarde da noite, que custavam [a chegar], já iam naquela casa certa. Batiam. O branco saía, recolhia eles pro gabinete, fechava bem. E, quando era de manhã, mandava a rapaziada ir lá na canoa buscar. Agasalhava tudo: farinha, tabaco, tudo.

Quando era de manhã, ele [o branco] avaliava o serviço dele [do quilombola]. E começava a pesar o açúcar, o café, o paninho pra roupa, munição, anzol, linha. Arrumava tudinho pra eles. Quando era boca da noite, mandava os rapazes dele ir deixar tudo na canoa deles. Ajeitava tudo. Aí, quando era tarde da noite, eles abria.

Já o branco mandava fritar, ou ajeitar a merenda deles da viagem. Arrumava tudo. Eles saíam, andavam. Prontamente, embarcavam e davam no pé. Vinham embora. Levavam pra eles e para os patrícios, que ficaram lá esperando. [Depoimento recolhido em dezembro de 1989]

Dessa forma, para uma parcela da população branca, os quilombolas não representavam perigo, mas antes a fonte de um comércio lucrativo. O constante crescimento das fugas dos escravos, porém, preocupava os fazendeiros, suscitando reações. Assim, em 1827, na tentativa de controlar a situação, Santarém, Óbidos e Alenquer mobilizaram mais de cem homens, enviando duas expedições ao Trombetas. Estas avançaram até o rio Curuá e destruíram os quilombos ali localizados (Vicente Salles, 1988:233).

O movimento de fuga de escravos, porém, prosseguiu. Com a revolução Cabana, em 1835, acentua-se ainda mais tal movimento, como explica Vicente Salles:

Por ocasião da Cabanagem, esses negros se colocaram ao lado dos revoltosos, auxiliando-os. A revolução de 1835 foi extraordinariamente propícia aos mocambeiros. Os negros, aproveitando-se da morte ou fuga dos senhores, reorganizaram-se e fundaram acima da décima quinta cachoeira, denominada esta de Caspacura, uma povoação por eles mesmos denominada *Cidade Maravilha*. [Op. cit.: 234; grifo do autor]

O quilombo Maravilha é o mais antigo mocambo mencionado na tradição oral dos remanescentes do alto Trombetas. No Maravilha, residiram os tataravós e os bisavós dos velhos que moram, atualmente, nas comunidades remanescentes dessa área.

Muitos escravos fugidos chegaram até o Maravilha guiados por Atanásio, que havia conseguido fugir novamente. Os quilombolas orien-

tavam as fugas até os mocambos, bem como mantinham uma eficaz rede de informações com os comerciantes de Óbidos e os regatões. Assim, explica Alípio Goulart:

[...] para maior garantia do rendoso comércio que com os negros mantinham, tais mercadores nômades transmitiam-lhes preciosas informações, notadamente, em torno dos movimentos de perseguição aos mocambistas, ordenados pelo governo. Foram eles, regatões, que, com a necessária antecedência, avisaram aos moradores da “Cidade Maravilha”, já referida, do ataque que lhes ia ser desfechado por uma força de Santarém, proporcionando-lhes tempo para destruírem a cidade, e refugiarem-se [...]. [Goulart, 1968:157]

Em 1852, com o anúncio da expedição punitiva, os quilombolas abandonam o Maravilha. Segundo os remanescentes, os negros subiram o rio, fundando o mocambo do Campixe, rio acima. Ao explorar aquela região, em 1899, os viajantes Henry e Otille Coudreau detectaram vestígios da presença dos mocambeiros na cachoeira Campixe: um forno de mandioca, algumas barracas, capoeiras e um cajueiro (Coudreau *apud* Castro & Acevedo, 1991:70).

Conforme ensina a tradição oral dos remanescentes, o abandono do Campixe também ocorreu em função do aviso da chegada de forças punitivas, resultando na transferência para a região do rio Turuna, afluyente da margem direita do rio Trombetas (cf. mapa adiante). O quilombo Turuna, por sua vez, foi abandonado também pela iminência de um ataque, conforme é explicado no relato recolhido junto aos remanescentes:

E quando Basílio [um negro quilombola] viu o combate, aí, ele correu. Correu e “achuveram” a bala nele. Que ele atravessou e foi avisar os homens no Turuna. Mas ficou o Ramos [outro quilombola] e o Munduruku [os índios do povo Munduruku costumavam ser empregados nas expedições punitivas] quando chegou lá, ele não sabia como o sol saía no Turuna.

E vieram. Chegaram, aí pegaram o velho Ramos ferrado de arraia.

“Seu Ramos, me diga uma coisa, meu preto. Aonde o sol sai na capela de vocês, na aldeia de vocês? Sai... da onde sai?”

“Ele sai detrás da capela assim, assim.”

De lá, ele [o Munduruku] tirou o rumo. Diz meu avô que, quando o rumo foi sair, foi em cima da capela. Mas deixa estar que eles já tinham... Quando Basílio chegou lá, avisou e foram pra roça de noite para arrancar mandioca. E ralando e torrando e empalhando.

Aí, dando o cálculo, mais ou menos, que ele fosse chegar por terra lá e quando eles apontaram, saíram pro Poanã, o último ponto: o Poanã.

Saíram pra esse Poanã e tocaram fogo em tudo as casas [do quilombo Turuna]. Tocaram fogo em todas as casas. Só ficou a capela, que é do santo deles, que eles não quiseram tocar fogo. E chegou no Poanã . [Depoimento coletado em dezembro de 1989]

As diversas missões punitivas estão registradas na bibliografia, embora não se possa precisar contra qual mocambo específico cada uma delas era dirigida. Assim, consta que, em 1855, foi organizada mais uma expedição contra os quilombos do Trombetas, ordenada pelo presidente Sebastião do Rêgo Barros. Segundo seu relatório, a diligência “ainda desta vez não teve o resultado esperado; ficando todavia conhecido e devastado o lugar” (Sebastião do Rêgo Barros *apud* Vicente Salles, 1988:235). Ao que tudo indica, essa é a mesma expedição referida por Orville Derby. Segundo esse autor, o fracasso da empreitada deveu-se a um aviso que os quilombolas receberam dando conta da aproximação das tropas. Ainda segundo Derby, foi em função da aproximação das milícias que os quilombolas transferiram-se para uma região mais isolada, rio acima (Derby, 1898:369).

Já em 1868, uma nova expedição sai de Santarém com intuito de dominar os negros do Trombetas (Vicente Salles, 1988:235). Não se sabe, entretanto, quais os resultados obtidos por mais esta tentativa das autoridades. De certo esta, como as investidas anteriores, não foi capaz de pôr fim ao problema das fugas e ao dos mocambos. Tanto assim que, em 31 de outubro de 1870, o cônego Manuel José de Siqueira Mendes, no exercício de presidente interino do Pará, assinou a Lei nº 653, autorizando a destruição de todos os mocambos (*op. cit.*:235). Com base em tal lei, novas expedições foram organizadas.

As expedições contra os mocambos do Trombetas e do Curuá prosseguiram até a abolição da escravidão, decretada em 13 de maio de 1888. A última de que se tem notícia ocorreu no verão de 1876 e foi dirigida contra um quilombo localizado no rio Curuá, resultando na sua destruição (Derby, 1898:369).

A localização dos quilombos

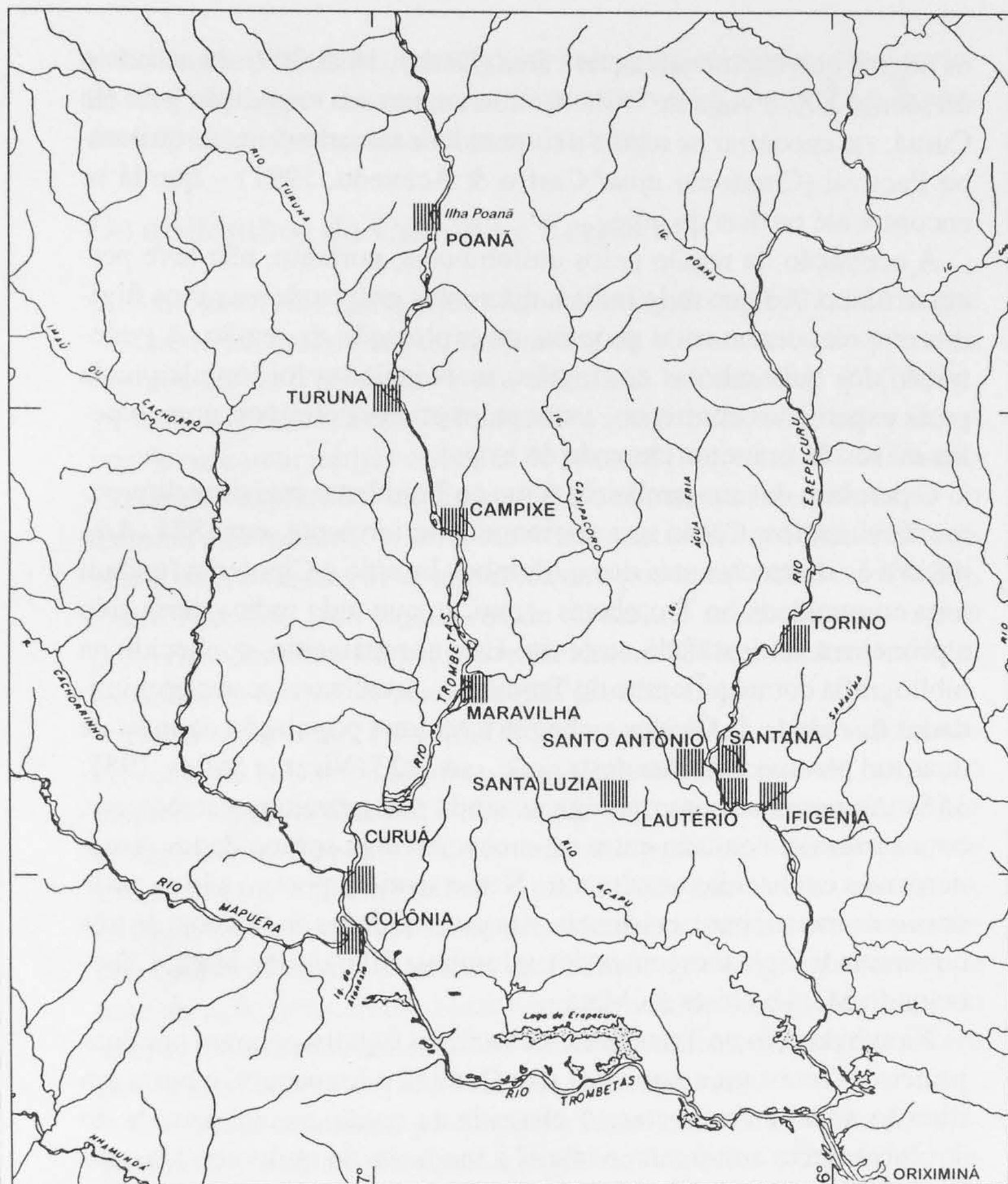
Os quilombolas ocuparam uma extensa região entre o baixo Amazonas (rio Curuá) e a bacia do Trombetas (rios Trombetas, Erepecuru e Cuminã). Os escravos fugidos não se concentraram num único local, mas ergueram diferentes comunidades ao longo dos rios mencionados. O historiador Vicente Salles interpreta essa escolha como uma estratégia de defesa:

Na realidade, não havia apenas um mocambo, nem mesmo uma cidade fortemente guarnecida, embora se fale da *Cidade Maravilha*, talvez a capital desse estado sui generis. As aldeias dispersas, estrategicamente localizadas, não só dificultavam o acesso das tropas do governo, como facilitavam o rápido deslocamento da população quilombola. [Vicente Salles, 1988:238]

Os mais antigos quilombos de que se tem notícia, Cipotema e Inferno, estavam localizados no rio Curuá até a sua destruição por uma força de milícias, em 1812 (Barbosa Rodrigues *apud* Salles, 1988:232). A fuga em direção ao alto Trombetas, Erepecuru e Cuminã teria ocorrido em época posterior como uma tentativa de se encontrar uma região mais afastada e, portanto, mais segura. A localização acima das cachoeiras teria cumprido o mesmo objetivo: a proteção dos quilombos.

Vale ressaltar que, apesar dos diversos ataques registrados, a região do Curuá não chegou a ser definitivamente abandonada pelos quilombolas. Assim, ainda em 1876, registra-se uma expedição punitiva contra

Localização dos quilombos da bacia do rio Trombetas (séc. XIX)



Comissão
Pró-Índio de
São Paulo,
1993



0 1 2 3 4 5 km

LOCALIZAÇÃO DOS QUILOMBOS

os negros que habitavam aquela área (Derby, 1898:369). Já no início do século XX, a viajante Otille Coudreau, em sua expedição pelo rio Curuá, vai encontrar na região a comunidade remanescente de quilombo Pacoval (Coudreau *apud* Castro & Acevedo, 1991) – que lá se encontra até os dias de hoje.

A ocupação da região pelos quilombolas, portanto, não teve percurso único. Ao que tudo indica, diferentes grupos de escravos fugidos empreenderam rotas próprias na exploração da região. A penetração dos quilombolas em regiões mais isoladas foi impulsionada pelas expedições punitivas – tanto pelos ataques efetivos, quanto pelos avisos da iminente chegada de tropas.

O percurso dos mocambeiros rumo ao Trombetas registrou diferentes movimentos. Como se mencionou anteriormente, em 1821, Atanásio e os remanescentes dos quilombos Inferno e Cipotema fundam uma comunidade no Trombetas – que, ao que tudo indica, teria sido a primeira a ser instalada neste rio. Este agrupamento, conhecido na bibliografia como quilombo do Trombetas, localizava-se nas proximidades da cidade de Óbidos e chegou a ter uma população de mais de duas mil pessoas até a sua destruição, em 1823 (Vicente Salles, 1988: 156). As pesquisas antropológicas ainda não permitem estabelecer, com certeza, a conexão entre tal mocambo e as comunidades remanescentes conhecidas atualmente. Nesse sentido, porém, não se pode deixar de mencionar a existência, nas proximidades de Óbidos, de três comunidades remanescentes de quilombos: Silêncio do Matá, Cabeceira do Matá e Costa do Matá.

Na subida pelo rio Trombetas, os escravos fugidos optaram por duas principais rotas: uma rumo aos rios Cuminã e Erepecuru, e outra em direção ao alto Trombetas. A chegada na região encachoeirada do Trombetas tem como marco inicial a fundação do quilombo Maravilha, que segundo os historiadores teria ocorrido em 1835 – informação confirmada pelos relatos coletados junto aos remanescentes, que

indicam que o estabelecimento deste mocambo coincidiu com o período da Cabanagem. Já a história do percurso até o Cuminã e o Erepecuru é menos conhecida dos pesquisadores.

Os quilombos do Cuminã e Erepecuru

O cientista Orville Derby, que viajou pela região em 1871, afirma que “existem, há muitos annos, quilombos ou aldeamentos de escravos fugidos no rio Trombetas e seu tributário o Cuminã [...]” (Derby, 1898:369). Diz ainda este pesquisador que a população de tais quilombos devia contar muitas centenas de pessoas (loc. cit.:370). Já Gastão Cruls, que explorou a região em 1928, afirma que os quilombos do Cuminã e Erepecuru “eram filiados aos nascidos, em 1840, no Trombetas, com os quaes se communicavam por terra” (Cruls, 1930:33). Padre Nicolino José Rodrigues de Souza, no relato de sua viagem pelos rios Cuminã e Erepecuru realizada em 1876, menciona também a existência de quilombos na região (Souza, 1946).

Em artigo recente, Joaquim Lima, integrante da comunidade remanescente de quilombo Espírito Santo, relata o processo de ocupação daquela região a partir dos dados que ele mesmo coletou junto aos remanescentes mais antigos. Segundo essa pesquisa, a penetração pelo Erepecuru foi também gradual. Antes de alcançar o curso alto do rio, os fugitivos enfrentaram várias dificuldades, como a travessia do trecho conhecido como Barracão de Pedra, o que exigiu a abertura de uma varação (um caminho pela mata, desviando do rio). Ao longo do tempo, foram sendo constituídos vários aldeamentos, cujos moradores mantinham comunicação e relações de cooperação.

Conforme indicam as pesquisas de Lima, no ano de 1821, os escravos fugidos já teriam alcançado a região do Erepecuru e Cuminã (Lima, 1992). Ainda segundo esse autor, os negros fugidos das fazendas de Santarém constituíram seu primeiro quilombo na serra de Santa Luzia:

Subindo sempre o rio e transpondo várias cachoeiras chegaram ao Penecura. Ali no Penecura deu-se o encontro entre negros e índios, decidindo os escravos fugidos prosseguir viagem pelo igarapé afluyente chamado por eles Santa Luzia, deslocando-se até as nascentes, subindo a serra. No cume da serra eles descambaram e em terreno mais plano fixaram suas moradias, formando o quilombo Santa Luzia. [Lima, 1992:6]

Conforme explica Lima, o quilombo Santa Luzia não foi, porém, o mais a montante:

A partir do igarapé Penecura, que dava acesso ao quilombo Santa Luzia, a família do velho Torino [um quilombola] resolveu prosseguir viagem, desconfiados ainda da possibilidade de serem atacados pelos brancos. Essa família de negros fugidos, atravessando outros tantos trechos encachoeirados, veio a formar depois da cachoeira do Mel o quilombo do Torino. [idem:7]

Apesar da separação, o quilombo Santa Luzia continuou a operar como um ponto de referência para os que residiam no Torino:

Nas ocasiões em que desciam o rio para trocar produtos em Santarém, o grupo de negros do Torino passava pelo quilombo Santa Luzia para informar-se sobre algum risco de ataque dos brancos na parte mansa (não encachoeirada) do rio. Os negros do quilombo Santa Luzia, através do igarapé do mesmo nome, mantinham vigilância sobre as margens do Erepecuru antes da primeira cachoeira, Pancada. A viagem era ou não prosseguida pelos negros do Torino em função destas informações. [idem]

Os negros fugidos dividiram-se, assim, em diferentes grupos, habitando comunidades espalhadas por uma vasta área. Nesse sentido, Lima faz menção ainda à presença de uma família de escravos fugitivos no rio Acapu, afluyente da margem direita do rio Erepecuru (loc. cit.:5).

Por intermédio do padre Nicolino de Souza e de Gastão Cruls, temos notícia de outro mocambo na região do Erepecuru e Cuminã. Em sua expedição realizada em 1928, o explorador Gastão Cruls encontra o local do antigo “Sítio do Lautherio”, localizado entre o igarapé Samaúma e a cachoeira do Mel:

É uma tapera abandonada, num socalco de barranca à margem direita, onde, em outros tempos, morou o mocambeiro que lhe deu o nome. Este preto já ahi habitava quando o Padre Nicolino subiu pela primeira vez o rio, em 1876. [Cruls, 1930:61]

Os dados levantados junto aos remanescentes indicam ainda que existiram na região os mocambos Santo Antônio, Santana e Ifigênia. O quilombo Santo Antônio consta do diário de viagem do padre Nicolino, bem como o de Santana, que é mencionado no seguinte trecho:

Dia 11, 4ª f. pelas 9 h. do dia continuamos a nossa porfiada luta contra as violentas correntes das aureas aguas do ameno Cuminá. No fim do primeiro estirão existe uma capoeira dos Mocambeiros denominada Sant'Anna [...]. [Souza, 1946:18]

Padre Nicolino registra também a existência de outro mocambo, denominado Livramento:

De igarapés os mais importantes são a direita o da terra preta, que passa por traz da ponta, onde tiveram os pretos casa e chamaram ao lugar Livramento [...]. [idem:18]

Atualmente, os remanescentes de quilombos do Erepecuru e Cuminã estão estruturados nas seguintes comunidades: Pancada, Espírito Santo, Jauari, Jarauacá, Acapu, Terra Preta, Serrinha, Água Fria e Boa Vista do Cuminã. Essas comunidades estão dispersas ao longo da bacia dos rios Erepecuru e Cuminã, ocupando uma vasta região que se estende por ambas as margens desses rios.

Comunidades remanescentes dos quilombos do alto Trombetas

Como foi dito anteriormente, a ocupação do alto Trombetas teve como marco a instalação do quilombo Maravilha, em 1835. Este teria sido o maior agrupamento de escravos fugidos registrado na região. Os

dados levantados em pesquisa de campo junto aos remanescentes indicam que, em função das expedições punitivas, os quilombolas foram paulatinamente subindo o rio Trombetas, constituindo os quilombos Campixe, Turuna e Poanã (cf. mapa supra). Ao explorar aquela região, em 1899, os viajantes Henry e Otille Coudreau detectaram vestígios da presença dos mocambeiros no curso alto do rio Trombetas. Na cachoeira Campixe, os Coudreau encontraram resquícios do mocambo: um forno de mandioca, algumas barracas, capoeiras e um cajueiro (Coudreau *apud* Castro & Acevedo, 1991:70).

Os dados levantados indicam que este percurso (Maravilha – Campixe – Turuna – Poanã) teria sido o principal no processo de ocupação do alto Trombetas. No entanto, não houve apenas um movimento dos quilombolas na penetração daquela região. Várias leva de escravos fugidos foram chegando progressivamente àquela área. Ao que parece, nem todos eles se dirigiram ao trecho encachoeirado do rio. O cientista Orville Derby, que viajou pelo rio Trombetas em 1871, fornece as seguintes informações sobre a localização dos mocambos:

Actualmente a população do Trombetas está muito espalhada. Até o lago de Arapicú ha alguns sitios dispersos de brancos e tapuios, sendo aquelles principalmente negociantes que comercializam em castanhas. Entre este ponto e as cachoeiras vivem alguns negros em diversos pontos ao longo do rio até o aldeamento principal, que está situado a uma distancia de alguns dias de viagem acima da primeira cachoeira. [Derby, 1898:368]

Como tal afirmação indica, os quilombolas não se concentraram num único aldeamento, mas constituíram diferentes agrupamentos ao longo do Trombetas, seguindo padrão semelhante ao encontrado nos rios Erepecuru e Cuminã. Sua principal comunidade estava localizada acima das cachoeiras, mas a área de ocupação dos mocambeiros estendia-se rio abaixo.

Assim, em 1871, Derby registra a existência de quilombolas na região entre o lago Arapicu – que os remanescentes acreditam que seja

o lago atualmente conhecido por Erepecu, na margem esquerda do rio Trombetas – e o trecho encachoeirado do rio. Esse pesquisador encontrou mocambeiros também no lago da Tapagem, situado na margem direita do Trombetas, antes das primeiras cachoeiras (Derby, 1898:369).

Derby menciona ainda a existência do quilombo Conceição, situado abaixo da cachoeira Vira-Mundo (a segunda cachoeira do rio Trombetas). Segundo os remanescentes, esta área que Derby denomina Conceição provavelmente é o quilombo Curuá, que ficava exatamente no local descrito por Derby (cf. mapa supra). O que os remanescentes supõem é que a denominação Conceição, dada por este autor, teria surgido em função de uma moradora do Curuá chamada Conceição Vieira. Segundo Derby, nesse local, os quilombolas mantinham uma capela, mostrando “com muito orgulho santos feitos do amago dos troncos de palmeiras” (Derby, 1898:370).

Ao longo do século XIX, os quilombolas executaram diferentes percursos, subindo e descendo o rio Trombetas, conforme a perseguição dos brancos. A literatura registra alguns desses movimentos. Assim, por exemplo, Derby afirma que:

O seu primeiro sitio ficava um pouco acima entre as cachoeiras, perto da serra chamada Icamíaba. Em 1855 mandaram-se tropas contra elles, mas os quilombolas tendo recebido aviso da approximação destas, a força encontrou o quilombo deserto [...] Este quilombo foi depois removido para alguma distancia rio acima, mas no correr de alguns annos, como não foram mais molestados, muitos pretos têm se mudado para um pouco mais rio abaixo, e alguns mesmo descartando-se das proteções das cachoeiras e estabelecendo-se nas margens dos lagos abaixo destas, com o fim de obter maior facilidade para o commercio clandestino, que mantem com Óbidos, e talvez tambem para dar aviso em caso de perigo. [Derby, 1898:369]

Já o viajante Coudreau registra que, por volta de 1866, os mocambeiros fundaram a comunidade Colônia, localizada à pequena distân-

cia da cachoeira Porteira, que dá início ao trecho encachoeirado do rio. Segundo informações coletadas junto aos remanescentes, Colônia estava situada na margem direita do Trombetas, um pouco acima do igarapé do Atanásio (cf. mapa supra). Esse movimento dos mocambeiros ocorreu em função da promessa de liberdade que lhes foi feita pelo padre Carmel sob a ordem do governo imperial que, ao que tudo indica, pretendia recrutar alguns deles para a Guerra do Paraguai (Coudreau *apud* Castro & Acevedo, 1991:41).

Orville Derby menciona ainda outra dessas movimentações dos mocambeiros. Segundo ele, no verão de 1876, alarmados pela destruição do quilombo localizado no rio Curuá, em Alenquer, os mocambeiros do Trombetas retiraram-se temporariamente para uma posição mais segura “onde fizeram suas roças n’uma restinga de terra, que fica entre o Trombetas e rio Faro, que desagua na primeira cachoeira chamada Porteira, restinga situada de tal modo que d’ella ninguem se póde approximar sem atravessar uma cachoeira muito perigosa, que dá muito tempo para elles fugirem” [loc. cit.:369].

Com o fim da escravidão, os quilombolas foram progressivamente abandonando a difícil região encachoeirada do rio Trombetas, concentrando-se no trecho logo abaixo das primeiras cachoeiras. As famílias dos mocambeiros foram executando diferentes rotas no movimento de descenso. Algumas estabeleceram-se no mocambo denominado Curuá, localizado no Trombetas em frente à boca do rio Cachorro. Outras seguiram mais abaixo, para a região de Colônia e de cachoeira Porteira, ocupando progressivamente a região dos lagos Tapagem e Abuí (na margem direita), bem como a do igarapé Arrozal e do lago do Jacaré (na margem esquerda). Assim, os Coudreau constataram, em 1899, a presença de mocambeiros no trecho situado imediatamente abaixo das primeiras cachoeiras do Trombetas (Coudreau *apud* Castro & Acevedo, 1991:42).

A presença de quilombolas nessa região do Trombetas não era uma novidade, sendo registrada, como se viu, desde, pelo menos, 1871.

Com a abolição, o que ocorreu foi a intensificação dessa ocupação. Foi esse processo histórico que deu origem às comunidades remanescentes de quilombos Cachoeira Porteira, Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cué.

As comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cué constituem uma unidade social, que compartilha atualmente de terras comuns, localizadas entre o lago Azibim e o igarapé Terra Preta (na margem direita do rio Trombetas) e o igarapé Arrozal e o lago Coecer (na margem esquerda do rio Trombetas).

Vale ressaltar ainda que, no rio Trombetas, existem hoje também as comunidades de quilombos: Jamari, Moura, Boa Vista, Bacabal, Aracuã do Meio, Aracuã de Baixo e Juquiri. O processo histórico de formação dessas comunidades específicas ainda precisa ser melhor estudado. Os dados levantados em pesquisa de campo indicam que tais comunidades compartilham de uma identidade comum com as do alto Trombetas, Erepecuru e Cuminã. Todas identificam-se como remanescentes dos escravos que, fugidos de Óbidos e Santarém, constituíram quilombos nesta região.

Atualmente, os remanescentes dos quilombos da bacia do rio Trombetas e do baixo Amazonas estão estruturados em comunidades rurais localizadas nos municípios paraenses de Oriximiná, de Óbidos e de Alenquer.

Na região da bacia do rio Trombetas (município de Oriximiná), os remanescentes de quilombos somam cerca de seis mil pessoas, que vivem da agricultura de subsistência, da pesca e da caça, bem como da coleta e comercialização da castanha-do-pará. Atualmente, essa população, organizada na Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, luta pela titulação das terras conquistadas por seus antepassados quilombolas.

Bibliografia

ANDRADE, L. M. M. de

- 1994 "O papel da perícia antropológica no reconhecimento das terras de ocupação tradicional: o caso das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Trombetas (Pará)", in SILVA et alli (orgs.) *A perícia antropológica em processos judiciais*, ABA/CPI-SP, Florianópolis, Editora da UFSC.

Comissão Pró-Índio de São Paulo

- 1994 *Relatório de atividades: novembro de 1991 a abril de 1994*, São Paulo, CPI-SP.

CRULS, G.

- 1930 *A Amazônia que eu vi*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio.

DERBY, O.

- 1898 "O rio Trombetas", *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia*, Pará, Tomo II, fascículos 1-4:366-82.

GOULART, A.

- 1968 *O regatão (mascate fluvial da Amazônia)*, Rio de Janeiro, Conquista.

LIMA, J.

- 1992 *História dos negros, que através da luta conseguiram libertar-se dos senhores de escravos de Santarém, Pará*, Oriximiná, 12 p. dat.

CASTRO, E. M. R. & ACEVEDO, R. E.

- 1991 *Negros do Trombetas: etnicidade e história*, Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 74 p. dat.

SALLES, V.

- 1988 *O negro no Pará sob o regime da escravidão*, Belém, Ministério da Cultura e Secretaria de Estado da Cultura, 2ª edição.

TAVARES BASTOS, A. C.

1937 *O valle do Amazonas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª edição.

ABSTRACT: The author recovers oral tradition and reconstructs the history of communities that come from “quilombos” (villages founded by fugitive slaves). This is done from a work developed with the population from Trombetas river, in the state of Pará.

KEY WORDS: black movement, communities from “quilombos”, ethnic identity.

Recebido para publicação em fevereiro de 1994.